

I Encontro Nacional
de Políticas Públicas
de Promoção
da Igualdade Racial

30 e 31 de outubro de 2003

Hotel Grand Bittar
Setor Hoteleiro Sul • Quadra 5 • Bloco A
Brasília • DF

Caderno Síntese

Referências Bibliográficas

ÍNDICE

Justificativa Pág. 03

Construir uma política que promova a igualdade racial Pág. 04

Rápido balanço das estruturas institucionais de afirmação para a população negra Pág. 08

Governo Lula: início de um novo ciclo Pág. 10

Estrutura do Encontro Pág. 12

ANEXOS

Questionário de Avaliação Pág. 15

Documento síntese do questionário Pág. 18

Gráficos Pág. 20

Referências Bibliográficas Pág. 23

Comissão Executiva Nacional Pág. 24

PARTIDO DOS TRABALHADORES
COMISSÃO EXECUTIVA NACIONAL

1º Presidente
Mário Pereira

2º Vice-Presidente
Mário Pereira

3º Vice-Presidente
Mário Pereira

Secretaria Geral
José Bizar

Secretaria de Finanças
Delúbio Soares

Secretaria de Organização
Sílvia Pereira

Secretaria de Formação Política
Joaquim Soriano

Secretaria de Relações Internacionais
Alozin Mercadente

Secretaria de Movimentos Populares
Cláudio Pereira

Vogal
Conceição Nascimento

Vogal
Dalva Figueiredo

Vogal
Francisco Campos

Vogal
Cleber Neme

Vogal
Helcio Helena

Vogal
José Carlos Garcia

Vogal
Mar Eunka Wolf

Vogal
Mariana Rocha

Vogal Justificativa
Paulo Ferreira

Secretarias Nacionais Setoriais
Assuntos de Políticas Raciais
Dalva Figueiredo

Assuntos Institucionais
Paulo Ferreira

Assuntos de Relações Internacionais
Marta das Chagas
Lúcia Maria

Assuntos de Comunicação
Ozias Duarte

Assuntos de Meio Ambiente e Desenvolvimento
Humberto de Jesus

Assuntos de Mobilização
Francisco Campos

Assuntos de Mulheres
Conceição Nascimento

Assuntos Sindicais
João Falcão

Assuntos de Documentação
Marta das Chagas
Paulo Ferreira
Rogério Siqueira

Assuntos de Referências Bibliográficas
Cristina Almeida
Carolina Almeida
Rosângela Santos

Assuntos de Comissão Executiva Nacional
Marta das Chagas
João Falcão
Fernanda Poga

JUSTIFICATIVA

“Nós estamos aqui para tratar de problemas com os quais ninguém gosta de ser identificado: preconceito racial, discriminação, intolerância, racismo. Tem gente até que acredita que eles não existem no Brasil. Ou pensa que, quando ocorrem, prejudicam apenas algumas minorias. A realidade é bem diferente: esses males, aparentemente invisíveis, causam muito sofrimento entre nós.

Pelo menos metade da população brasileira vem sendo prejudicada por essa situação: a metade negra do nosso povo. Ela não é somente negra – é em sua grande maioria pobre. Mais de 64 por cento dos pobres e pelo menos 70 por cento dos indigentes brasileiros são negros, como também a maior parte dos desempregados e subempregados do país também são negros.

No caso das mulheres negras, a discriminação é dupla, de gênero e de raça. Muitas são submetidas a trabalhos precários, baixa remuneração, violência e abuso sexual, além do abandono que as obriga a assumirem sozinhas o sustento de suas famílias.

Essa situação injusta e cruel é produto da nossa História – da escravidão que durou quatro séculos no Brasil, deixando marcas profundas em nosso convívio social –, mas é também resultado da ausência de políticas públicas voltadas para superá-la.

O Estado brasileiro não deve ser neutro em relação às questões raciais. Cabe a ele assegurar a todos os brasileiros e brasileiras igualdade de oportunidades na busca de melhores condições de vida.”

Presidente Luiz Inácio Lula da Silva
Palácio do Planalto, 21 de março de 2003.

Construir uma política que promova a igualdade racial

Criar mecanismos que proporcione o debate, incorpore as propostas apresentadas pelos movimentos sociais e implementem as políticas públicas de promoção da igualdade racial é um dos objetivos que nortearam a realização deste I Encontro Nacional.

Mais do que um evento para constar do calendário de atividades do Partido dos Trabalhadores este Encontro proporcionará uma nova reflexão para os militantes, dirigentes, gestores públicos e ativistas dos movimentos sociais.

Tratar desigualmente os desiguais para promover a igualdade é um dos princípios que norteia as ações daqueles que vêm no respeito aos direitos humanos e na distribuição de rendas e riquezas a saída para os grandes e graves problemas que temos neste país continental. E em se tratando de desigualdade, exclusão e marginalização a população negra brasileira é campeã em todos os quesitos. Uma realidade que precisa ser invertida principalmente por aqueles que detêm o poder político e constróem as políticas implementadas pelo Estado brasileiro.

Como afirmamos no Caderno Brasil Sem Racismo¹ "O Estado não é neutro do ponto de vista das questões raciais. Cabe a ele assegurar a todo brasileiro igualdade de oportunidades, de tratamento e uma justa distribuição de terra, do poder político e da riqueza nacional". Para isso é preciso que os municípios também assumam para si a tarefa de construir aparelhos sociais que promovam para além da igualdade formal, a igualdade de direitos.

Em Governo e Cidadania, balanço e reflexões sobre o modo petista de governar, editado pela Fundação Perseu Abramo em 1999, o en-

¹ Programa de Governo Lula Presidente

tão secretário nacional de Assuntos Institucionais do PT, o companheiro Vicente Trevas observou que *"A experiência de governo conduz o PT a entender de forma programática e não apenas doutrinária os compromissos assumidos desde a sua fundação. A partir da condição de partido no governo, somos obrigados a dar sentido prático aos objetivos que afirmamos em nossas resoluções ou a contraditá-las."* A responsabilidade histórica do Partido dos Trabalhadores não permite que instalemos contradições na construção coletiva e democrática que resultam em nossas resoluções, assim sendo preferimos aprofundar o debate e buscar novas possibilidades para efetivarmos nossas propostas.

Durante nossa trajetória à frente de governos municipais e estaduais o PT consolidou uma maneira de administrar baseada no princípio da chamada inversão de prioridades e em amplos programas sociais, que ficou conhecido como "o modo petistas de governar". Como disse Vicente Trevas² "As administrações petistas se constituíram em importantes espaços de elaboração política, revelando ao partido e à sociedade sua dimensão propositiva e sua capacidade de governo".

Uma rápida inferência sobre estes programas revelam que estes permitiram, principalmente às nossas prefeituras, ganharem diversos prêmios nacionais e internacionais de administração pública porém, não encontramos um só programa premiado que revelasse a promoção da igualdade racial como forma de implementar políticas públicas.

Esta constatação poderia passar despercebida ou mesmo poderia ser considerada injusta não fosse os compromissos históricos assumidos pelo PT, e por conseguinte pelos espaços que administra, com os trabalhadores e os setores excluídos e marginalizados deste país, conforme consta em nossos documentos e resoluções.

² Governo e Cidadania(1999)

Estamos determinados a ampliar nossos horizontes e formulações enquanto propositores de um novo tempo para o Brasil, sem deixar de levar em consideração a correlação de forças que se estabelece na sociedade e as nossas próprias contradições e dificuldades em lidar com determinados temas pouco apropriados pelo conjunto do partido. No mesmo livro que citamos acima e ainda sobre a análise das administrações até 1999, Trevas³, revela que *"a experiência de governo para o Partido dos Trabalhadores tem sido um momento que lhe permite lidar com complexidades para as quais suas formulações mostram-se insuficientes ou se revelam como simplificações politicamente equivocadas"*. Desse modo, se temos no combate ao racismo e na promoção da igualdade a crença de que são mecanismos que permitem a construção de uma sociedade pela qual lutamos, devemos incorporá-los como políticas públicas em nossas administrações.

A instituição de políticas públicas de promoção da igualdade racial ou de combate ao racismo nas administrações petistas revestem-se hoje de grande importância para todos nós que elegemos o companheiro Lula presidente. Primeiro, como já assinalado, por que faz parte de nossas elaborações e resoluções partidárias; em segundo lugar por que já temos experiências sendo realizadas, mesmo que muito timidamente ainda, em alguns municípios; terceiro pelo fato de que ao criar a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial o governo federal, hegemonizado por nosso partido, deu a devida importância para o tratamento deste tema como política de governo e, por último, e mais importante, temos à nossa disposição um manancial de proposições e diagnósticos forjados pela inestimável contribuição do movimento social negro que ao longo da existência do Brasil vem se revelando como

³ Governo e Cidadania (1999)

um dos setores sociais mais responsáveis, fazendo suas reivindicações e apresentando soluções para os problemas do país.

Através de um levantamento realizado pela Secretaria Nacional de Combate ao Racismo do PT, constatamos que das diversas experiências administrativas que temos no Brasil, as prefeituras do PT são as que mais incorporam a política de promoção da igualdade. Algumas destas prefeituras, como será mostrado mais adiante, criaram espaços que na verdade estão servindo como laboratório para que se mostre a necessária implementação desta política pública para toda a administração, contrariando a criação de guetos onde os problemas da comunidade negra ficam por sua própria conta. Recorrendo de novo e por último a Vicente Trevas, "estabelecer uma efetiva vinculação entre a dinâmica dos governos que conduzimos e as transformações estruturais da sociedade enunciadas no nosso projeto partidário constitui, certamente, um dos grandes desafios dessa experiência".

Sabemos que esta iniciativa a que estamos nos propondo é um enorme desafio pois é novo o debate de políticas que tratam os desiguais de maneira desigualmente positiva. Mas o que é a história da comunidade negra brasileira e de construção do Partido dos Trabalhadores, de suas lideranças e suas experiências administrativas senão um cotidiano de superação de desafios?

Então vamos, juntos, nos preparar para superar mais este.

A todos(as) um ótimo encontro.

Martvs das Chagas, secretário nacional de Combate ao Racismo

Paulo Ferreira, secretário nacional de Assuntos Institucionais

Rápido balanço das estruturais institucionais de afirmação para a população negra

Todas as estruturas administrativas criadas até hoje em quaisquer esferas de governo só foram possível pela incansável e incessante pressão que o movimento social negro exercia sobre estes mesmos governos. O levantamento abaixo poderá conter omissão ou exclusão de iniciativas que porventura não tomamos conhecimento por se tratar de um exercício preliminar.

Em 1988 no marco da celebração do centenário da abolição da escravatura, o governo federal cria no âmbito do Ministério da Cultura a Fundação Cultural Palmares, que por sua própria denominação e localização na estrutura governamental refletia o pensamento que os problemas da população negra eram de origem cultural e assim deveriam ser tratados.

No início dos anos 90 o então governador Leonel Brizola(PDT) cria na cidade do Rio de Janeiro a primeira delegacia especializada em crimes raciais e no Estado, a Secretaria de Defesa e Promoção das Populações Negras que funcionou até 1994, quando o governador Marcelo Alencar(PDT) decretou sua extinção. Começa aí o ciclo de incompreensões do poder público para tratar dos assuntos ligados ao povo negro.

A prefeitura de Belo horizonte/MG, com o prefeito Célio de Castro, na época no PSB, institui em 1998, depois de muita polêmica e controvérsia a Secretaria Municipal para Assuntos da Comunidade Negra, integrando o primeiro escalão da administração municipal. Já no PT e em seu segundo mandato, através de uma reforma administrativa, o prefeito rebaixa a condição da Secretaria para Coordenadoria de Assuntos para Comunidade Negra, provocando o esvaziamento do poder de execução e estrutural do órgão.

Como verificaremos mais adiante várias prefeituras administradas pelo Partido dos Trabalhadores vêm instalando, nos últimos anos, em suas estruturas pequenos organismos (Coordenadorias, Assessorias, etc.) voltados para trabalhar com assuntos relacionados com a comunidade negra. Além de Belo Horizonte, Goiânia e São Paulo são duas outras capitais que possuem Coordenadorias, ressaltando que a de São Paulo foi criada na primeira gestão do PT naquela cidade, em 1992.

Por conta da vigorosa manifestação popular ocorrida em Brasília no ano de 1995 (em celebração ao tricentenário da morte de Zumbi), intitulada Marcha Zumbi dos Palmares contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida o governo brasileiro se viu obrigado a dar respostas a uma pauta de reivindicações que o movimento social negro organizado apresentava ao país, através do "Programa de Superação do Racismo e da Desigualdade Racial".

A resposta do governo federal, no nosso entender, tímida frente às demandas, veio através da criação de um Grupo de Trabalho Interministerial de Valorização da População Negra que se esvaiu política e estruturalmente nos anos seguintes. É preciso dizer que uma série de protocolos de intenções foi elaborada pelo governo do PSDB sem que nenhuma ação de grandes proporções para combater as desigualdades raciais fosse realizada em seus oito anos de governo.

Do ponto de vista do simbolismo é bom que se diga, que o governo Lula já produziu a maior transformação simbólica nestes 500 anos de Brasil para a comunidade negra. Não é pouco termos no primeiro escalão da república cinco ministros(as) negros(as) ou afrodescendentes que possam se identificar e serem identificados com a população negra brasileira.

Governo Lula: início de um novo ciclo

A criação de um organismo a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR - atuando no primeiro escalão da administração federal para promover a igualdade racial é, sem dúvida alguma, a maior conquista institucional que o povo brasileiro obteve no sentido de desenvolver uma política que contemple o Brasil de todas as raças.

A SEPPIR nasceu, dentre outros objetivos, com a seguinte missão: “promover a igualdade e a proteção dos direitos de indivíduos e grupos raciais e étnicos afetados pela discriminação e demais formas de intolerância com ênfase na população negra; acompanhar e coordenar políticas de diferentes ministérios e outros órgãos do Governo Brasileiro para a promoção da igualdade racial; articular, promover e acompanhar a execução de diversos programas de cooperação com organismos públicos e privados, nacionais e internacionais.

Acompanhar e promover o cumprimento de acordos e convenções internacionais assinados pelo Brasil, que digam respeito à promoção da igualdade e combate à discriminação racial ou étnica e auxiliar o Ministério das Relações Exteriores nas políticas internacionais, no que se refere à aproximação de nações do Continente Africano.

A SEPPIR tem como referência política o ‘Programa Brasil sem Racismo’ que abrange a implementação de políticas públicas nas áreas do trabalho, emprego e renda; cultura e comunicação; educação; saúde, terras de quilombos, mulheres negras, juventude, segurança e relações internacionais. Visando auxiliar o Ministério das Relações Exteriores (Itamaraty) na aproximação com as nações do continente africano e demais países. Portanto, a SEPPIR significa o compromisso efetivo com a construção de uma política de governo voltada aos interesses reais da população negra e de outros segmentos étnicos discriminados”.

A decisão do presidente Lula em instituir uma Secretaria com status de ministério para tratar da questão racial, está inserida na sua sensibilidade e seu entendimento que o Estado brasileiro tem uma dívida histórica para com a população negra, e que já passa da hora de começarmos a quitá-la.

É com o espírito de ousadia, coragem e determinação que esperamos que, em breve, todas as prefeituras administradas pelo PT possam fazer coro a atitude do governo de promover a igualdade racial entre homens e mulheres deste país, através de mecanismos apropriados.

ESTRUTURA DO ENCONTRO

Constituição da República Federativa do Brasil

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

I - zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público;

X - combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos;

1 - PÚBLICO ALVO:

- Gestores(as) públicos responsáveis por desenvolver políticas públicas de promoção da igualdade racial em órgãos das administrações dirigidas pelo Partido dos Trabalhadores – em âmbito municipal, estadual e federal;
- Filiados(as) do PT, militantes, estudiosos e dirigentes que atuam na área de direitos humanos e na promoção da igualdade racial.
- Integrantes de organizações não governamentais e entidades do movimento social que implementam (ou implementaram) projetos de políticas públicas afeitos ao tema.

2 - OBJETIVOS:

- Fortalecer a inserção de políticas de promoção da igualdade racial nas administrações dirigidas pelo Partido dos Trabalhadores;
- Apontar estratégias para atuação conjunta da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e as administrações municipais e estaduais do PT;
- Difundir experiências de combate ao racismo, com recorte de gênero, entre as administrações e os(as) gestores públicos;

- Sistematizar as várias experiências das administrações do Partido dos Trabalhadores;
- Estimular a criação de organismos que implementem políticas de promoção da igualdade racial nas administrações.
- Orientar e subsidiar, com o produto do seminário, os ativistas dos movimentos sociais que trabalham com a temática dos direitos humanos e a questão racial.
- Estimular a implementação das resoluções da III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação e Intolerância Correlata.

3 - CONTEÚDO DO ENCONTRO:

Construir Diagnóstico / avaliação da:

- Política de Promoção da Igualdade Racial nas administrações públicas no Brasil
- Atuação do Partido dos Trabalhadores na elaboração, implantação e implementação de políticas de promoção da igualdade racial no Brasil;
- Atuação da Secretaria Especial de Políticas para a Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República;
- Atuação das administrações Municipais e Estaduais do PT na promoção da igualdade racial e de gênero.
- Participação da sociedade civil, notadamente do movimento negro, na elaboração e implementação de políticas públicas.

4 - QUESTÕES A SEREM DIAGNOSTICADAS E AVALIADAS PELOS ÓRGÃOS DAS ADMINISTRAÇÕES: quantas tem atuação nesta área, características do local onde as ações são desenvolvidas, tempo de existência, lugar ocupado pelo órgão na estrutura administrativa, recursos humanos e finan-

ceiros, principais linhas de atuação, como é a participação dos setores da sociedade no desenvolvimento do trabalho, principais desafios, etc.);

5 - CONSTRUIR INDICAÇÕES, RECOMENDAÇÕES E DIRETRIZES para as atuais e futuras administrações, dirigidas pelo Partido dos Trabalhadores, desenvolverem políticas públicas de promoção da igualdade racial e de gênero em todas as esferas da administração pública.

6 - CONSTRUIR ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO CONJUNTA NOS VÁRIOS NÍVEIS DA FEDERAÇÃO;

7 - SISTEMATIZAR OS RESULTADOS DO ENCONTRO (PUBLICAÇÃO).

8 - REALIZAÇÃO DO ENCONTRO:

- A realização do Encontro é de responsabilidade do Partido dos Trabalhadores e a promoção é da Secretaria Nacional de Combate ao Racismo em parceria com a Secretaria Nacional de Assuntos Institucionais do PT.

9 - PARCERIAS/ APOIOS:

- Fundação Friedrich Ebert do Brasil.
- Fundação Perseu Abramo

ANEXO

QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO

1. A prefeitura Municipal tem órgão específico na estrutura administrativa para desenvolver as ações de promoção da igualdade racial? Em caso positivo, qual o lugar que este órgão ocupa na estrutura administrativa?
2. Quando que a prefeitura oficializou este órgão? Seu funcionamento foi ininterrupto até os dias de hoje?
3. Informe os recursos disponíveis para estas ações:
 - 3.1 Orçamento anual do órgão: _____
 - 3.2 Número de profissionais _____ (_____)
 - 3.3 Qual a infra-estrutura de uso exclusivo do órgão (linha telefônica, sala própria, micro computador, acesso a Internet, etc.)?
 - 3.4 Qual a infra-estrutura compartilhada com outros órgãos (linha telefônica, sala própria, micro computador, acesso a Internet, etc.)?
4. Quais as áreas de atuação ou implementação das políticas de promoção da igualdade racial (educação, saúde, cultura, etc.)?
5. Quais os principais projetos\ações desenvolvidos nestas áreas de atuação?
6. Estes projetos\ações levam em consideração a questão de gênero? Em caso positivo, informe em quais e como é realizada estas considerações?
7. Como se estabelece a relação com os demais órgãos do governo para garantir a transversalidade na implementação das políticas de promoção da igualdade racial?

- 8. Como se estabelece a relação entre a estrutura de implementação das políticas de promoção da igualdade racial com os setores organizados da sociedade voltados para a questão racial?**
- 9. Quais as principais dificuldades encontradas no desenvolvimento destas ações , sejam na estrutura interna seja na relação com a sociedade**
- 10. Qual é o número de habitantes da cidade ou estado, quais as divisões percentuais considerados o fator cor/raça?**
- 11. Qual é o orçamento anual da cidade ou estado?**

Documento síntese do questionário

Este levantamento teve por objetivo diagnosticar, de forma mais precisa possível, o quadro em que se encontram as estruturas voltadas para a promoção da igualdade racial no âmbito das prefeituras petistas ou onde estamos coligados, em todo o país. As perguntas foram formuladas a partir de discussão prévia envolvendo algumas das estruturas que hoje participam do evento. A partir destas questões chegamos a algumas conclusões que socializaremos neste texto para nossa reflexão conjunta e busca de alternativas.

Enviamos formulário para todas as prefeituras e governos de Estado. Do montante de questionários enviados obtivemos resposta positiva de 26 prefeituras e do estado do Mato Grosso do Sul deste, duas prefeituras não responderam em tempo hábil. Constatamos então que das 192 prefeituras administradas pelo PT, 12% possuem algum mecanismo de promoção da igualdade racial (gráfico 1).

Das cidades onde foram construídas experiências de políticas de promoção da igualdade racial, 76% foram criadas na atual gestão (gráfico 2). Esta concentração, demonstra que a assimilação da questão racial enquanto política pública é algo ainda novo e desafiador.

Como não poderia deixar de ser, a falta de orçamento próprio e mesmo a precariedade de recursos da maioria (gráfico 3), indica uma realidade. Sabemos que a prioridade política de um governo é diretamente proporcional à adoção de recursos para sua implementação. Assim, constatamos que, se acreditamos na promoção da igualdade como espaço de transformação é necessária uma inversão de prioridades orçamentárias para seu êxito.

Ao abordarmos a relação entre os temas raça e gênero, observamos, conforme nossa expectativa, que nos organismos de combate ao racismo é necessário dar a mulher negra tratamento ainda mais especi-

al (gráfico 4). A mulher negra é duplamente discriminada, uma vez que nossa sociedade além de forjada sob uma marca racista, também tem uma forte herança machista.

Esbarramos ainda em limites físicos e orçamentários para atingirmos nossos objetivos (gráfico 5). Esta realidade é fruto de obstáculos ainda existentes em nosso partido. É preciso que nossas lideranças compreendam a amplitude das demandas de negros e negras em nossa sociedade e que a criação de mecanismos de combate as desigualdades não sejam apenas para cumprir promessas, mas sim um compromisso efetivo com a construção da igualdade de raça e gênero em nossas cidades e em nosso país.

Considerando o número de habitantes das cidades pesquisadas, os dados nos mostram que é nas grandes cidades que o debate racial ganha mais força. Se esta análise deve servir de estímulo para a continuidade de nossos esforços nos grandes centros, também serve de alerta para a necessidade de gerarmos demandas compatíveis com a realidade dos pequenos municípios. (gráfico 6)

Este levantamento rápido e superficial tem o objetivo de servir como ponto de partida para nossa reflexão neste Encontro. As dificuldades apresentadas aqui, não devem e não podem superar o esforço e a luta de abnegados militantes, gestores e administradores que vem dia após dia se sensibilizando e construindo um Brasil de todas as raças.

Temos ciência que este movimento ainda é lento e requer muito mais vigor para vermos homens e mulheres, negros (as) e brancos (as) incluídos igualmente. As eleições de 2004, sem dúvida alguma, serão um excelente momento para aprofundarmos este debate no sentido de encontrarmos os meios mais adequados para que o Estado brasileiro, através de seus municípios, comece efetivamente a implantar as políticas de promoção da igualdade racial.

Gráfico 01

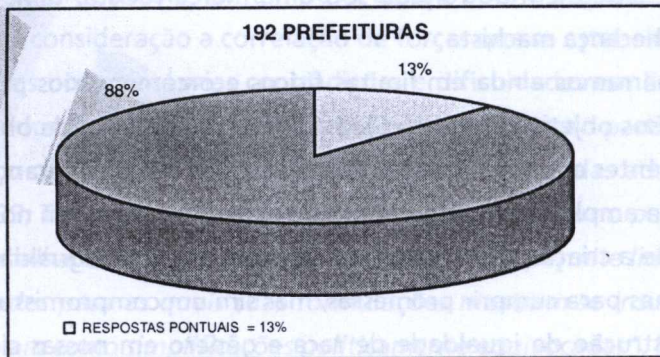
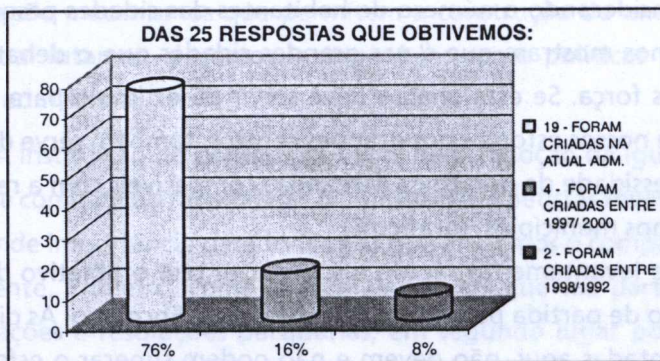
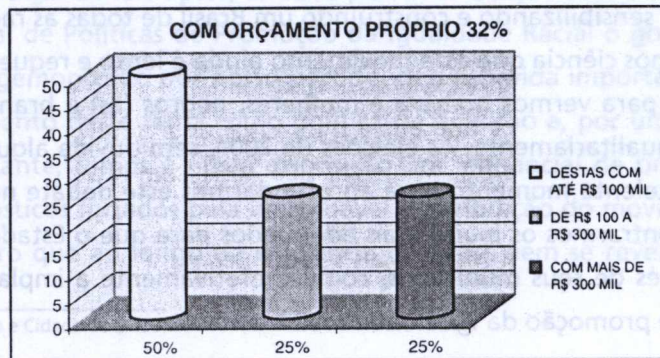


Gráfico 02



Gráficos 03



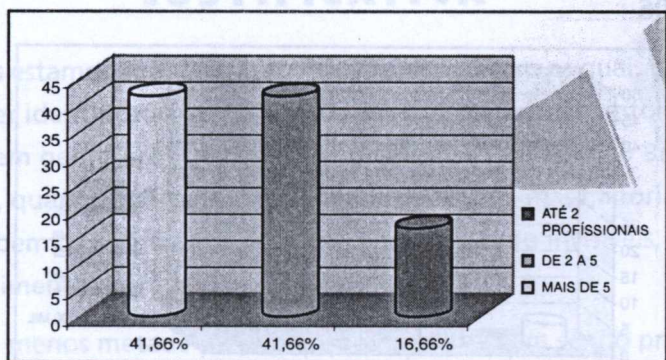


Gráfico 04

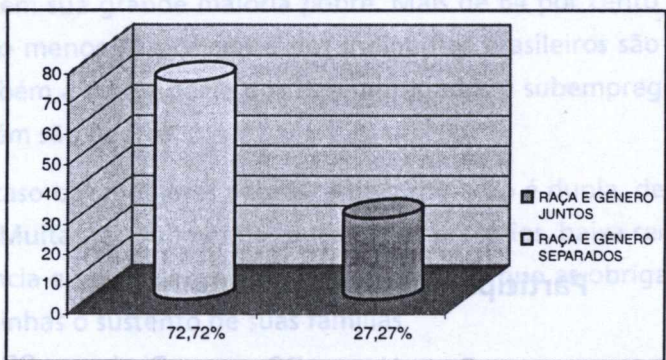


Gráfico 05

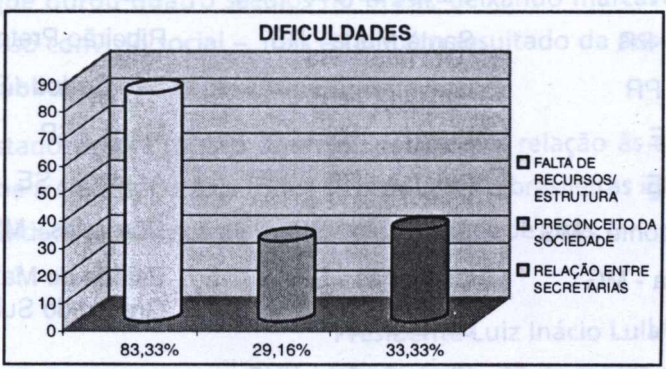
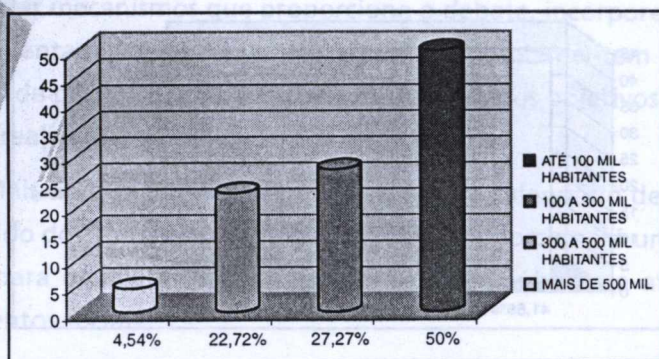


Gráfico 06



Participaram deste levantamento

Goiânia - GO	Porto Alegre - RS	Diadema - SP
Belém - PA	Caxias do Sul - RS	Guarulhos - SP
Londrina - PR	Santa Maria - RS	Ribeirão Preto - SP
Maringá - PR	Gravataí - RS	São Carlos - SP
Recife - PE	Viamão - RS	Mauá - SP
Olinda - PE	Pelotas - RS	Aracaju - SE
Belo Horizonte - MG	São Paulo - SP	Dourados - MS
Uberlândia - MG	Campinas - SP	Estado do Mato Grosso do Sul
Niterói - RJ	Jandira - SP	
Resende - RJ	Santo André - SP	

Referências Bibliográficas

- Magalhães, Inês, Barreto, Luiz, Trevas, Vicente(orgs.). Governo e cidadania. Balanço e reflexões sobre o modo petista de governar. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.
- Jacoud, Luciana de Barros, Beghin, Natalie. Desigualdades raciais no Brasil: um balanço da intervenção governamental. Brasília: Ipea, 2002.
- Fundação Cultural Palmares. III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata: Declaração de Durban e Plano de Ação. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2002.
- Coligação Lula Presidente. Brasil Sem racismo. Caderno temático do programa de governo. São Paulo: Comitê Lula Presidente, 2002.
- Ribeiro, Matilde, Chagas, Martvs das. O combate ao racismo e as eleições de 2002. In Antonio Palocci e Antonio Prado (orgs.). Programa de Governo: Subsídios para o debate. São Paulo: Partido dos Trabalhadores, 2002.
- Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Governo Federal, 1988.
- Consultas na Internet:
www.presidencia.gov.br/seppir
www.pt.org.br

PARTIDO DOS TRABALHADORES COMISSÃO EXECUTIVA NACIONAL

Presidente

José Genoio

Líder no Senado

Tião Viana

Líder na Câmara

Nelson Pellegrino

1º Vice-Presidente

Marta Suplicy

2º Vice-Presidente

Romenio Pereira

3º Vice-Presidente

Valter Pomar

Secretaria Geral

Jorge Bittar

Secretaria de Finanças

Delúbio Soares

Secretaria de Organização

Silvio Pereira

Secretaria de Formação Política

Joaquim Soriano

Secretaria de Relações Internacionais

Aloizio Mercadante

Secretaria de Movimentos Populares

Jorge Almeida

Vogal

Conceição Nascimento

Vogal

Dalva Figueiredo

Vogal

Francisco Campos

Vogal

Gleber Naime

Vogal

Heloísa Helena

Vogal

José dos Reis Garcia

Vogal

Maria Eunice Wolf

Vogal

Marlene Rocha

Vogal

Paulo Ferreira

Secretarias Nacionais Setoriais

Assuntos da Federação

Dalva Figueiredo

Assuntos Institucionais

Paulo Ferreira

Combate ao Racismo

Martvs das Chagas

Comunicação

Ozeas Duarte

Juventude

Humberto de Jesus

Meio Ambiente e Desenvolvimento

Chico Floresta

Mobilização

Francisco Campos

Mulheres

Conceição Nascimento

Sindical

João Felício



Organizadores deste caderno

Martvs das Chagas

Paulo Ferreira

Rogério Siqueira

Colaboradores(as):

Cátia Cristina

Carin Fernandes

Redemarque dos Santos

Agradecimentos:

Maraisa Almeida

Joana D'arc Lara

Fernanda Papa



DIRETÓRIO NACIONAL

**Secretaria Nacional de Combate ao Racismo
Secretaria Nacional de Assuntos Institucionais**

